

APANIEKRÁ E RAMKOKAMEKRA-CANELA, DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS TERRITORIAIS NO CERRADO MARANHENSE

Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira¹

Resumo

A Amazônia oriental experimentou, nas últimas décadas, uma significativa expansão econômica decorrente de programas e projetos de *desenvolvimento* regional associados à exploração mineral e agro-industrial, implementados no bojo de uma nova fronteira econômica, cujo marco foi o Projeto Ferro-Carajás e Programa Grande Carajás. Essa frente tem sido responsável também pela expansão do agro-negócio, através do cerrado maranhense. Os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e outros grupos indígenas locais tiveram, nesse período, seus territórios envolvidos pelo avanço dessa *fronteira*, a qual transformou fazendas e núcleos *sertanejos* em empreendimentos do agro-negócio, sobretudo soja, efetivou a economia de mercado na região, impactando a organização social e simbólica destes grupos. Como resposta, a FUNAI implementou ações para a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, enquanto representantes políticos locais e regionais procuraram embargar judicialmente este processo, dinamizando o potencial de conflitos interétnicos na região. Neste período, INCRA e ITERMA têm realizado a titulação de terras ‘devolutas’ e implementado projetos de assentamento rural em benefício de ‘proprietários’ e associações sertanejas, enquanto outras agências federais, estaduais e privadas implementaram, através do *associativismo*, projetos de *desenvolvimento étnico e local* junto a grupos indígenas e comunidades rurais da região. O trabalho analisa os impactos dessas ações sobre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e as respostas por estes elaboradas, através de *movimentos sócio-religiosos* e do *associativismo indígena*.

Palavras-Chave

Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela; Desenvolvimento Regional; Segmentos Sertanejos; Revisão Demarcatória; Etnodesenvolvimento

1. Introdução²

Território tradicional dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e de outros grupos indígenas, o centro-sul do Maranhão, foi ocupado, a partir do final do Século XVIII, por segmentos oriundos da frente da expansão pastoril nordestina e de uma frente agrícola, que partindo do litoral maranhense, ocupou os vales dos rios Itapecuru, Mearim e outros³. Esses segmentos constituíram o substrato social da atual sociedade regional, especialmente as comunidades *sertanejas* localizadas no entorno das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, habitadas por estes grupos (VELHO, 1981; OLIVEIRA, 2002).

¹ Antropólogo. Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão.

² Trabalho elaborado a partir do Estágio de Pós-Doutorado (2013-2014), junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, com apoio da FAPEMA e CNPq, Brasil.

³ O centro-sul do Maranhão é uma região composta por vegetação de cerrado e matas de transição, delimitada pelas bacias do Rio Itapecuru, Grajaú e alto Mearim, pela Serra das Alpercatas e Rio Flores. Corresponde à Micro-região do Alto Mearim e Grajaú (IBGE), denominada também Centro-Maranhense, constituída por 11 municípios, uma área de proteção ambiental e terras indígenas, dentre as quais, a Terra Indígena Kanela e a Terra Indígena Porquinhos. Cf. OLIVEIRA, 2011. Vide Mapa 01.

Nas últimas décadas, essa região foi objeto de uma nova ocupação, por agentes de uma frente de expansão contemporânea vinculada ao *desenvolvimento* (SCHRÖDER, 2003). Essa *frente desenvolvimentista*, resultado de políticas elaboradas nas décadas de 1960 e 70 voltadas à Amazônia e à Região Nordeste, produziu acentuadas transformações econômicas e socioambientais no Estado do Maranhão, e em especial nas regiões central e sul. Com a abertura de grandes eixos rodoviários e ferroviários e a implantação de projetos de exploração mineral, agro-industrial e agropecuário, essa frente tem gerado *impactos* sobre os grupos indígenas e segmentos regionais ali localizados (OLIVEIRA, 2005).

No início da década de 1980, a implantação da infra-estrutura do Projeto Ferro-Carajás (PFC), especialmente a Ferrovia Carajás e o pólo siderúrgico vinculado ao Programa Grande Carajás (PGC), trouxe novos estímulos ao processo de ocupação territorial de antigas áreas de criação extensiva localizadas no cerrado do centro-sul maranhense, por produtores rurais e grupos econômicos vindos do sul, sudeste e centro-oeste do Brasil, que passaram a adquirir terras na região, através da compra de “benfeitorias” e da “grilagem”.

Durante a implantação do Programa e Projeto Carajás, o Governo brasileiro foi pressionado pelas agências financiadoras destes empreendimentos, especialmente pelo Banco Mundial (BIRD), sob risco da interrupção do financiamento, a implementar um programa de investimentos junto a grupos indígenas localizados na região, como forma de prepará-los aos impactos inevitáveis decorrentes do PFC e PGC (CEDI, 1986)

Gerenciados pela então empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), esses recursos foram concentrados em um grande projeto firmado em 1982, conhecido como “Convênio CVRD-FUNAI: Apoio às Comunidades Indígenas”, a partir do qual foram elaborados subprojetos específicos às “comunidades indígenas” atingidas por “impactos diretos” - em terras indígenas situadas ao longo do Corredor Carajás⁴ - e por “impactos indiretos”, situação em que foram enquadrados os grupos indígenas no centro-sul maranhense (CVRD-FUNAI, 1982; OLIVEIRA, 2005).

Os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela⁵ e outros grupos indígenas localizados na região foram, naquele momento, objeto de investimentos vinculados ao Convênio

⁴ O chamado Corredor Carajás correspondia a uma faixa de 100 quilômetros situada ao longo da Ferrovia Carajás, onde foram planejados e implementados projetos agropecuários e industriais, especialmente siderúrgicos, vinculados ao PFC e ao PGC (CEDI, 1986).

⁵ Os Apaniekrá e os Ramkokamekra-Canela são aqui definidos como grupos étnicos, segundo o conceito elaborado por Frederik Barth e consagrado na literatura etnológica desde a década de 1970. Este conceito

Kanela e Porquinhos, demarcadas aos Ramkokamekra e Apaniekrá-Canela, o que gerou impactos econômicos e socioambientais sobre estes e outros grupos indígenas na região.

O processo de transformação econômica e socioambiental do centro-sul maranhense iniciado nas décadas de 1960-70, com a implantação de rodovias, como a BR-001 (Belém-Brasília) e BR-230 (Transamazônica), avançou nas décadas seguintes, com a abertura da MA001 (Balsas-Cururupu), o asfaltamento da BR-226 (Tímon-Porto Franco) e a construção da Ferrovia Norte-Sul, a qual conectou o Maranhão à Região Central do Brasil (Mapa 01).

Conectada à Ferrovia Carajás, a Ferrovia Norte-Sul e esses eixos rodoviários, consolidaram o processo de exportação de soja produzida na região para os mercados europeu e asiático, através do Porto do Itaqui, em São Luís. Esta situação intensificou a disputa pela terra no centro-sul maranhense, tendo em vista seu baixo preço no mercado brasileiro de terras e as perspectivas positivas à produção da soja e outras *comodities* no mercado mundial (OLIVEIRA, 2010).

2. Poder Tutelar e Assistência aos Canela

Os Apaniekrá e os Ramkokamekra-Canela têm elaborado diferentes respostas aos processos ligados ao desenvolvimento. De um lado, pelo surgimento de movimentos sócio-religiosos; de outro, através da organização associativa, com objetivo de interagir e gerenciar recursos do "mercado de projetos" (Albert, 2000). Durante as décadas de 1980-90, verificou-se a emergência de diversos movimentos sócio-religiosos vinculados ao *messianismo canela*, e também de organizações associativas entre estes grupos timbira⁶ (OLIVEIRA, 2011).

Na atualidade, esses grupos passam por intensas mudanças no relacionamento com a sociedade brasileira regional, especialmente com os agentes vinculados ao *desenvolvimento*. O crescimento demográfico acentuado, associado às limitações ambientais do seu território demarcado - formado em grande parte, por terrenos arenosos e vegetação de cerrado, impróprios para a prática de roças familiares e comunitárias, base da sua economia de auto-sustentação – têm levado esses grupos, a uma maior expectativa e dependência em relação a recursos externos, via projetos econômicos e benefícios previdenciários e assistenciais do Governo Federal.

⁶ O *messianismo canela* é compreendido como um complexo sócio-religioso inspirado na cosmologia timbira, especialmente no mito de Aukhê, o qual explica o surgimento do "homem branco" e as relações que este estabeleceu com Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e demais povos Timbira. Cf. Crocker (1967), 1976; Carneiro da Cunha, 1986.

Mudanças nas políticas e ações indigenistas do Governo brasileiro levaram, ainda, à intensificação dos conflitos intersocietários na região, sobretudo em função da precária assistência prestada pelo Estado a esses grupos. A chamada "reestruturação da FUNAI" implementada a partir de 2010, teve como consequência prática a extinção dos postos indígenas, fragilizando ainda mais a integridade dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, em relação aos seus territórios e recursos naturais (caça, coleta, madeira e outros) nestes contidos.

Recentes alterações nas políticas e ações voltadas à saúde indígena, associadas ao encerramento das atividades da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) junto a grupos indígenas e à criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), resultaram em uma queda acentuada na assistência à saúde dos Apaniekrá e Ramkokamekra, decorrente da desarticulação de unidades de atendimento, ausência de profissionais e de medicamentos nas terras indígenas, com consequências extremamente negativas a esses grupos.

Essa situação levou representantes de todas as etnias indígenas no Estado do Maranhão a apelaarem ao Ministério Público Federal e à Procuradoria Geral da República no Estado, contra a precarização no atendimento à saúde indígena. Estes agentes convocaram representantes do Ministério da Saúde e do Distrito Sanitário Indígena no Maranhão (DSEI-MA), para junto a essas etnias, definir ações imediatas a fim de sanar o alto índice de mortalidade que se verificava entre estes grupos⁷.

Neste período verificou-se uma queda acentuada na qualidade da assistência educacional aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, em relação a anos anteriores, seja pela ausência de professores e materiais didáticos, de limpeza e alimentação, como pelas péssimas condições de manutenção das escolas indígenas nas aldeias. A Escola Indígena “General Bandeira de Melo” localizada na Aldeia Escalvado (T.I. Kanela), a qual atende um número significativo de crianças e jovens Ramkokamekra-Canela, encontrava-se em estado de total abandono, com a deterioração do prédio, a falta de professores e de recursos necessários ao seu funcionamento. A mesma situação se observou em relação à Escola Indígena “Moisés Canela” localizada na T. I. Porquinhos.

⁷ Esta reunião ocorreu em agosto de 2013, com a presença de cerca de 400 indígenas no Estado do Maranhão, representantes do Ministério Público Federal e Procuradoria Geral da República. Dados recentes revelam acentuada redução demográfica entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela nos últimos anos, revertendo taxas históricas de crescimento destes grupos verificadas nas últimas décadas. Cf. Quadro 01.

Ano	Apaniekrá (T.I. Porquinhos)	Ramkokamekra (T.I. Kanela)
1999	488	1426
2000	505	1480
2001	519	1532
2002	535	1611
2003	553	1680
2004	572	1733
2005	592	1801
2006	614	1861
2007	634	1909
2008	645	1963
2009	665	2012
2010	674	2015
2011	698	2127
2012	672	1975
2013	683	2004
2014	718	2141

Quadro 1: População Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela: 1999-2014 (Fonte: SESAI-MA)

3. Avanço do Agronegócio e Revisão Demarcatória

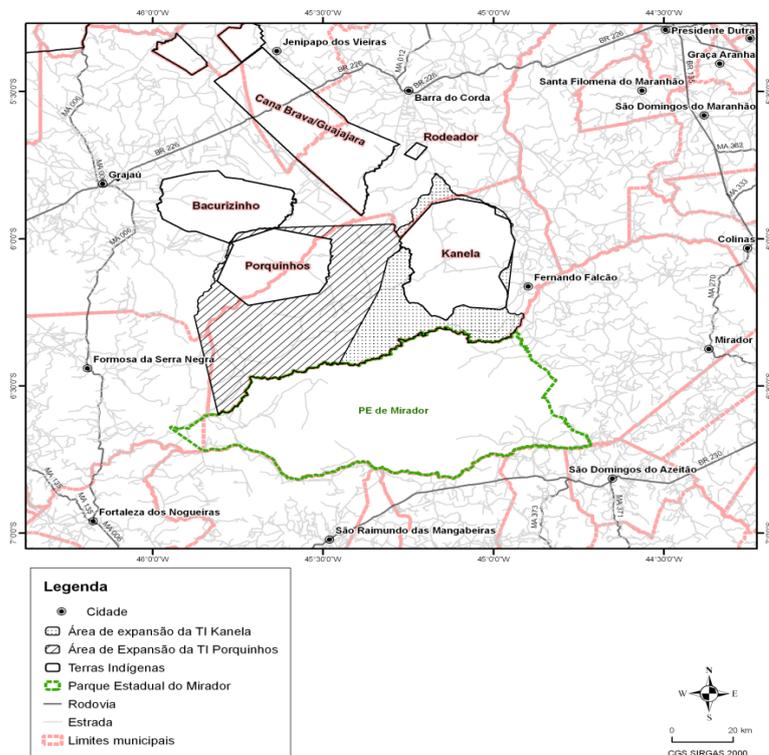
Tendo em vista as transformações decorrentes do avanço do agro-negócio na região e a perspectiva de crescimento demográfico desses grupos, a FUNAI passou a realizar, a partir de 2004, levantamentos com vistas a realizar a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, (Mapa 02). Além disso, destinou aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela recursos através de projetos de *etnodesenvolvimento*, voltados para a criação de animais silvestres e produção de mudas de espécies frutíferas, na expectativa de melhoria e sustentabilidade das práticas alimentares destes grupos.

A redefinição na estrutura agrária no centro-sul maranhense nas últimas décadas levou à expansão do agro-negócio sobre o cerrado, atingindo o entorno das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. Somado à extinção dos postos indígenas pela FUNAI, esse processo tem levado à intensificação nas invasões destas terras indígenas por extratores de madeira, carvoarias e outros agentes direta ou indiretamente vinculados ao agro-negócio.

Historicamente pontuais e limitadas a transeuntes, caçadores e pequenos agricultores, essas invasões se tornaram mais efetivas com a ausência de agentes do Estado nestas áreas, abrindo espaço para a extração clandestina de madeiras nobres, a construção de fornos e grandes desmatamentos para a produção de carvão vegetal e o

plântio de soja, assim como para a utilização dessas áreas como rotas de transporte regular de veículos motorizados.

Levantamentos apontaram a ocorrência de impactos ambientais junto à Terra Indígena Porquinhos, pela ação de agentes que estariam realizando desmatamentos em uma área situada junto às nascentes do Rio Corda - o qual atravessa a reserva indígena e constitui a maior fonte de água potável aos Apaniekrá - para posterior plântio de soja, eucalipto ou outras “culturas”. Uma possível consequência desta ação seria a contaminação deste importante curso d’água, o qual abastece, além da Terra Indígena Porquinhos, diversos povoados e a área urbana de Barra do Corda, por agro-tóxicos utilizados no empreendimento.



Mapa 02: Limites Atuais e Revisão Demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos

Foi constatada a presença de carvoarias no interior da Terra Indígena Porquinhos, cujos agentes destroem a vegetação natural do cerrado transformando-a em carvão destinado às usinas de ferro-gusa localizadas ao longo do Corredor Carajás. Da mesma forma, a Terra Indígena Kanela tem sido objeto de invasão para a extração de

madeira, caça clandestina e até para a implantação de lavouras de soja, tornando-se comum o trânsito de caminhões madeireiros por estradas vicinais da região, transportando o produto da extração ilegal de madeira destas terras indígenas.

Somada a estes processos, a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, tem acirrado o potencial de conflitos intersocietários no centro-sul maranhense. Constatou-se que a implantação de marcos indicadores dos limites dessas terras por agentes da FUNAI provocou a reação de fazendeiros e moradores do sertão cordino, com ações concretas de interrupção do processo demarcatório.

Considerando-se a perspectiva de que essas terras possam ser desapropriadas ou indenizadas em suas “benfeitorias”, como condição à ampliação das Terras Indígenas Kanela Porquinhos, este processo tem levado à migração de um contingente de pequenos agricultores e criadores da região para a periferia de cidades como Barra do Corda, Grajaú e outras.

4. Mobilizações de Sertanejos e Lideranças Locais e Regionais

Em contraposição, tem ocorrido a mobilização da população sertaneja, moradora de povoados e fazendas no entorno das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, por líderes políticos locais (prefeitos e vereadores), no sentido de reverter judicialmente o processo de revisão e ampliação física destas terras indígenas. Essa mobilização tem envolvido, ainda, a articulação junto a lideranças políticas regionais (deputados estaduais e federais), e outras, resultando na implementação de ações judiciais visando interromper o processo demarcatório.

O processo de revisão demarcatória, de um lado, criaria a possibilidade de ampliação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos e o conseqüente aumento dos recursos naturais nelas contidos gerando melhoria nas condições de auto-sustentação destes grupos. Por outro lado, este processo tem levado a uma intensificação nas situações de conflito entre esses grupos e segmentos sertanejos que vivem no entorno destas terras indígenas.

Essas tensões remetem ao histórico das relações interétnicas na região, fazendo emergir na memória social de indígenas e sertanejos, conflitos ocorridos ao longo do século XX, em decorrência da disputa pela terra entre esses grupos e criadores estabelecidos em seu antigo território. Nesse sentido, os Apaniekrá relataram haver recebido ameaças recentes, através de telefonemas anônimos direcionados à Aldeia Porquinhos, onde foram lembrados esses conflitos históricos e a promessa de novos

“massacres” de índios, caso fosse concretizada a revisão demarcatória e a conseqüente ampliação da Terra Indígena Porquinhos.

Este processo tem feito arrefecer conflitos entre os próprios segmentos sertanejos, tendo em vista a perda territorial que decorreria da re-demarcação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. O caso do ‘Sítio dos Arrudas’, área de cerca de 20 mil hectares ocupada desde o Século XIX, por uma família de criadores extensivos estabelecida na região do Rio Alpercatas, pela frente pastoril tradicional é representativo desta situação. Como outras ocupações no sertão pastoril, o ‘Sítio dos Arrudas’, apesar de simbolizar o poder dos criadores que historicamente se estabeleceram no território timbira, não dispunha de título efetivo de propriedade, uma vez que o processo de arrecadação e titulação de terras nesta região ocorreu apenas nas últimas décadas.

Palco da relação senhorial entre esta família tradicional e descendentes de escravos africanos introduzidos na região, o ‘Sítio dos Arrudas’ expressa um paradoxo nas relações intersocietárias na região centro-sul do Maranhão. Antigos inimigos dos “índios Canelas” (Apaniekrá e Ramkokamekra), contra os quais mantiveram conflitos históricos na região⁸, os atuais Arrudas, hoje divididos entre os descendentes dos antigos criadores extensivos e uma comunidade que se auto-define como “quilombola”, vêem seus interesses territoriais fragmentados, diante da possibilidade de desapropriação deste território pela revisão demarcatória em curso.

Representantes desta família tradicional têm se mobilizado contra a ação da FUNAI pela incorporação do ‘Sítio dos Arrudas’ às Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. A partir de 1999, a “Associação dos Moradores do Sítio dos Arrudas”, representando os interesses dos antigos criadores locais requereu junto ao Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA, a titulação desta área em nome dos seus associados. Mais recentemente foi solicitado ao mesmo órgão, a implantação de um Projeto de Estadual de Assentamento (PE) em nome da mesma associação.

Diante da real possibilidade de perda deste território, em decorrência da ampliação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, representantes locais têm realizado procedimentos junto a agências estaduais e federais, no sentido de que parte ou a totalidade deste território seja reconhecido e demarcado como “território

⁸ No ano de 1913, os Kenkateyê, sub-grupo vinculado aos Apaniekrá, foram objeto de uma chacina promovida por um criador do sertão cordino, Raimundo Arruda, que junto a um grupo de vaqueiros dirigiu-se à Aldeia Chinela, localizada nas nascentes do Rio Alpercatas, ofereceu um barril de cachaça aos índios e a seguir promoveu um massacre, levando à sua extinção como grupo etnicamente organizado. Cf. NIMUENDAJU, 1946.

quilombola”. Neste sentido, foi obtida junto à Fundação Cultural Palmares, certificação deste reconhecimento, o que legitimaria a emissão pelo INCRA, da titulação desta área como “território quilombola”.

Enquanto a FUNAI buscava implementar a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, na perspectiva de uma significativa ampliação destes territórios, outras agências federais e estaduais (INCRA e ITERMA) promoviam a titulação de áreas potencialmente incluídas na ampliação dessas terras indígenas, no sentido de garantir a permanência de comunidades sertanejas e de propriedades particulares estabelecidas nos mesmos territórios, num confronto entre agências governamentais vinculadas à questão indígena, agrária e a interesses locais.

Levantamentos realizados junto ao ITERMA e ao INCRA apontam para a consolidação destes projetos de assentamento rural e reforma agrária em diversas “glebas” localizadas nos Municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, situadas no interior da área de provável ampliação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. Esse processo favoreceu a atuação de lideranças políticas locais e regionais, no sentido de embargar na Justiça a revisão demarcatória destas terras indígenas.

Advogados que representam estes interesses têm movido ações em diversas instâncias judiciais, a fim de reverter a revisão demarcatória das Terra Indígena Porquinhos e da Terra Indígena Kanela. As instâncias políticas federais, hoje amplamente favoráveis aos interesses anti-indígenas, têm sido mobilizadas em favor dos criadores de Barra do Corda e Fernando Falcão e de interesses do agro-negócio⁹.

5. Políticas de Compensação e “Mercado de Projetos”

A perda gradativa do controle sobre as Terras Indígenas Kanela e Porquinhos e da possibilidade da autonomia econômica dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, através das atividades de auto-sustentação, tem sido “compensada” pelo crescimento do “mercado de projetos” e pela ampliação a esses povos, de serviços vinculados às políticas de compensação social, mantidas pelo Governo Federal.

À medida em que as atividades de auto-sustentação historicamente realizadas pelos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela - como a caça de animais silvestres, a coleta de frutos e raízes, a agricultura familiar e comunitária – tornam-se cada vez mais restritas ou inviabilizadas pelo esgotamento e exploração de seus territórios, como pelo

⁹ Recentemente o Supremo Tribunal Federal cancelou a Portaria da Presidência da FUNAI que determinava a ampliação da Terra Indígena Porquinhos, para cerca de 301 mil hectares.

próprio crescimento demográfico destes grupos, intensificam-se os recursos introduzidos pelo Estado e por agentes privados, através de políticas previdenciárias e assistenciais, ‘projetos de etnodesenvolvimento’ e outros.

Foram constatados impactos decorrentes das transformações econômicas e sócio-ambientais na região sobre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, bem como relativos à intensificação de sua dependência econômica em relação aos “benefícios” decorrentes das políticas previdenciárias e assistenciais, e dos chamados ‘projetos de etnodesenvolvimento’.

Esses projetos tiveram seu apogeu na primeira década deste Século, refletindo a impossibilidade destes grupos exercerem a gestão territorial e ambiental sobre os seus territórios, tendo em vista o afastamento do Estado em relação aos compromissos constitucionais junto aos povos indígenas, decorrente de interesses políticos e da atual aliança estratégica, junto a segmentos legislativos que representam o agro-negócio, a mineração e outros interesses anti-indígenas.

Uma análise sobre os chamados ‘projetos de etnodesenvolvimento’ implementados a partir da década de 1970-80, aponta para algumas situações recorrentes. A primeira delas é que estes projetos, cuja nomenclatura e propósitos se alteram conforme o período, os interesses e agências implementadoras, são, de maneira geral, fadados ao fracasso. Isso significa que, em nenhuma das situações ou projetos observados, os grupos indígenas envolvidos adquiriram uma situação de autonomia alimentar ou de auto-sustentabilidade.

Um exemplo ilustrativo pode ser dado pelo “Projeto Mentuayê”, implementado junto aos Apaniekrá durante os anos de 2008 e 2009, com recursos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONABA), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Ao nível do discurso, este projeto se justificava como um estímulo à auto-sustentação alimentar do grupo, a partir da pequena produção agrícola (arroz, mandioca), da criação de aves para produção de ovos, da implementação de pomares e coleta de frutos para aproveitamento na forma de polpas de frutas.

Um dos objetivos deste projeto seria garantir a chamada “merenda escolar” aos alunos da Escola Indígena “Moisés Canela”. A produção e diversificação alimentar dos Apaniekrá e o treinamento de jovens desta etnia no domínio das técnicas e tecnologias utilizadas também estavam na pauta dos objetivos do citado projeto.

Em levantamentos realizados na Terra Indígena Porquinhos, constatou-se a presença de obras de infra-estrutura implantadas – casas de alvenaria, garagens, casa de

farinha, uma pequena usina de arroz e outras construções, além de um pequeno trator e outros equipamentos destinados à produção de polpas de frutas, ovos, os quais deveriam estar em operação, mas isto não ocorria.

De acordo com o líder Apaniekrá Paulo Thugran, presidente da “Associação Comunitária Apañjekrá”, a continuidade deste projeto esteve comprometida, de um lado, pela falta de treinamento aos jovens Apaniekrá na utilização desses equipamentos, prevista na formulação inicial do projeto. De outro, pela interrupção no repasse dos recursos destinados à produção de polpas de frutas, arroz, farinha e outros produtos, o que resultou no sucateamento dessa estrutura produtiva e na situação de abandono a que o projeto foi relegado.

6. Poder Tutelar, Conflitos Socioambientais e Desenvolvimento

Constatou-se uma intensificação nas situações de conflito intersocietário entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, segmentos sertanejos e agentes do desenvolvimento. O descontentamento desses grupos em relação à capacidade e interesse das agências federais e estaduais em responder positivamente às suas demandas no campo educacional, de saúde, proteção e gestão territorial e atividades produtivas ficou expressa nas manifestações de seus líderes políticos.

Essa postura, que não se restringe aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, mas tem-se tornado geral em relação a outros grupos indígenas no Maranhão, ficou evidente durante reunião envolvendo representantes indígenas, membros da Procuradoria da República no Maranhão, Ministério Público Federal e Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – MA, na qual essas lideranças manifestaram a indignação desses grupos em relação ao que consideram como abandono pelo Estado ao atendimento à saúde indígena nas aldeias e pólos-base, nos municípios do Maranhão¹⁰.

Como consequência da desestruturação das ações de saúde aos povos indígenas pelo Estado, tem ocorrido um agravamento dos casos de doenças e mortes de recém-nascidos, crianças e adultos entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e outros grupos indígenas no Maranhão, em razão da ausência de medicamentos de uso contínuo nas aldeias. Fotografias apresentando recém-nascidos e adultos mortos foram publicadas

¹⁰ A reunião, referida neste artigo, envolveu cerca de 400 indígenas das etnias Awá-Guajá, Tenetehara-Guajajara, Kaapor, Krikati, Kreyê, Krepumkateyê, Apaniekrá, Ramkokamekra-Canela e Pukobyê e representantes das citadas instituições públicas. Deveria contar, ainda, com a presença de representantes do Ministério da Saúde e do Distrito Sanitário Indígenas no Maranhão, os quais não compareceram, para tratar de assuntos relacionados à assistência à saúde indígena nas aldeias e áreas urbanas do Maranhão.

nas redes sociais e indivíduos e grupos voluntários organizaram em São Luís, campanhas de arrecadação de recursos para aquisição de medicamentos destinados a estes grupos.

Essa desarticulação das políticas governamentais aos povos indígenas no campo da educação, saúde, gestão territorial e econômica reflete uma questão central presente nas relações intersocietárias de modo geral, e especificamente, entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, segmentos regionais de população e agentes tutelares e do desenvolvimento. Neste sentido, pode-se considerar

...as ações do Estado sobre os povos indígenas como parte de um movimento de colonização, como *colonialismo*, retomando a idéia de *situação colonial* de Georges Balandier (1951), aproximando-a de movimentos mais contemporâneos... (LIMA, 2002: 13)

Deste ponto de vista, as redefinições nas políticas indigenistas podem ser pensadas como parte de um movimento colonizador de longo alcance, que não toma os povos indígenas como agentes de sua história, mas como objetos ou adendos da história da formação da sociedade brasileira. Assim, as relações estabelecidas entre o Estado e esses grupos/povos ocorrem no campo do *poder tutelar*, considerado

...um exercício de poder desenvolvido frente a populações indígenas por um aparelho de governo instituído sob a justificativa de pacificar zonas de conflito entre nativos e não-nativos...logo de promover uma dada 'paz social'. (LIMA, 2002: 14)

Nesta perspectiva, o *poder tutelar* não pode ser visto apenas como um poder mediador exercido pelo Estado nacional nas relações entre segmentos da sociedade brasileira e os povos indígenas, situados, sobretudo em *áreas de fronteira* (econômica e social), mas como uma forma de *dominação* sobre esses povos, através de políticas e ações administrativas. De acordo com a visão weberiana, “para a vida cotidiana dominação é primariamente administração” (WEBER, 1983: 175).

Nesse sentido, as ações e omissões do Estado em relação às demandas dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, tanto na mediação das relações intersocietárias, como na garantia dos direitos constitucionais (territoriais, assistenciais e políticos) a esses grupos inserem-se no quadro do exercício do *poder tutelar*, através de um instrumental específico, a *política indigenista*, fragmentada nas últimas décadas entre órgãos e ministérios, nas áreas da educação, saúde, gestão territorial, projetos produtivos, e outros (OLIVEIRA, 1998).

Verifica-se, assim, a fragilização e a desarticulação das políticas, ações e agências voltadas à demarcação, proteção e gestão territorial das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, dificultando ou inviabilizando o exercício da soberania relativa desses grupos sobre os territórios demarcados e, contrariamente, abrindo perspectivas aos segmentos de *fronteira* que promovem a invasão especulativa e permanente dos territórios indígenas, como madeireiros, caçadores, pequenos agricultores e mais recentemente, agentes do agro-negócio.

De outro lado, se reproduz junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, como em outros casos de implementação de ‘projetos de etnodesenvolvimento’, situações de interrupção do fluxo de recursos por agências financiadoras, tornando estes projetos quase sempre inacabados. Neste contexto, a busca pela chamada auto-sustentabilidade destes projetos, acaba por tornar-se um discurso legitimador à implementação dos mesmos, mas que na prática, raramente é verificado (SACHS, 2000).

Além da imposição da lógica da economia de mercado junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e outros grupos indígenas, os projetos de ‘etnodesenvolvimento’, têm resultado, historicamente, na desarticulação da economia tradicional destes grupos, baseada em roças familiares e coletivas (ESCOBAR, 1996).

Conforme análise realizada em trabalho anterior junto aos Ramkokamekra-Canela, a implementação de projetos de ‘desenvolvimento comunitário’ ou de ‘etnodesenvolvimento’ nas décadas de 1980-90 resultaram no abandono das roças tradicionais por estes grupos e na emergência de movimentos sócio-religiosos, inspirados em valores míticos presentes no chamado *messianismo canela* (OLIVEIRA, 2011).

Assim, o clássico ‘movimento messiânico canela de 1963’, teve sua emergência relacionada a uma imaginada prosperidade econômica, seguida de uma “decepção” posterior dos Canela em relação ao papel do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, especificamente, à “perda” de seu herói fundador – o Marechal Cândido Rondon, falecido em 1958, ao qual se atribuía significado semelhante ao de Aukhê, no mito fundador do contato entre os timbira¹¹.

À decepção dos Ramkokamekra com o movimento e, especialmente com a profetiza que o liderou, seguiu-se um período de “exílio” e descrença nas próprias

¹¹ Em trabalho anterior foram analisados quatro movimentos sócio-religiosos emergidos entre os Ramkokamekra-Canela, entre os anos de 1980 e 1999, associados à implantação de projetos de ‘desenvolvimento comunitário’ ou ‘etnodesenvolvimento’. Cf. OLIVEIRA, 2011. Sobre o ‘messianismo Canela’, vide ainda, CUNHA, (1972) 1986 e BROWN, 1991.

possibilidades do grupo em alcançar as promessas colocadas pelo herói cultural, até que surgissem novamente, condições para emergência de novos movimentos sócio-religiosos pautados no *messianismo canela* (CROCKER (1967), 1976).

Nos quatro movimentos sócio-religiosos ocorridos nas décadas de 1980-90, constatou-se que a emergência dos mesmos seguiu-se à possíveis “decepções” dos Canela em relação a projetos de ‘desenvolvimento comunitário’ e ‘etnodesenvolvimento’ implementados pela agência tutelar (FUNAI, em 1980), em parceria com agências desenvolvimentistas (CVRD-FUNAI, em 1984), e pela associação de outras agências com pesquisadores (1990-93 e 1999) (OLIVEIRA, 2011).

Assim, o chamado *messianismo Canela* opera em uma dimensão cognitiva, na medida em que permite aos Canela compreender os processos econômicos vinculados ao *desenvolvimento*, e numa dimensão política, na medida em que orienta uma *ação simbólica* e prática de apreensão dos bens e valores ocidentais, ou de rejeição da lógica dos projetos a dominar sua economia e sociedade (OLIVEIRA, 2011).

Nesse sentido, enquanto o *associativismo canela*, implementado como forma de inserção dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela no “mercado de projetos”, sinaliza positivamente ao *desenvolvimento* e à possibilidade do seu controle pelos grupos indígenas, o *messianismo canela* abre as possibilidades da cognição e da orientação de uma ação política desses povos em face à *dominação* exercida através do poder tutelar e das agências e projetos de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, Bruce. Na Amazônia Brasileira: Entre a Nova Constituição e o “Mercado de Projetos”. Instituto Socioambiental: **Povos Indígenas no Brasil, 2000**. Disponível em: <http://www.socioambiental.org.br/ISA.htm>. Acesso em 06/10/13.
- BARTH, Frederik. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: LASK, Tom (Org). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio e Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BROWN. Michael. Beyond Resistance: a Comparative Study of Utopian Renewal in Amazônia. In: **Ethnohistory**, v. 38:4, p. 389-413, 1991.
- CEDI. **Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil – 1985/86**. São Paulo, 1986.
- _____. **Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil - 1987/88/89/90**. São Paulo, 1991.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. **Antropologia do Brasil**. Mito, História, Etnicidade. São Paulo, Brasiliense-EDUSP, 1986.

- CROCKER, William. O Movimento Messiânico Canela. Uma introdução (1967).
In: SHADEN, Egon. **Leituras de Etnologia Indígena**. São Paulo, C.E.N., 1976.
- CVRD-FUNAI. **Projeto Ferro-Carajás: Apoio às Comunidades Indígenas**. Rio de Janeiro – Brasília, 1982.
- ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercero Mundo**. Construcción y Desconstrucción del Desarrollo. Bogotá. Editorial Norma, 1996.
- GLUCKMAM, Max. Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo, Global, 1987, p. 227-344.
- LIMA, Antonio C. de S. (Org). **Gestar e Gerir: Estudos para uma Antropologia da Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002.
- NIMUENDAJU, Curt. **The Eastern Timbira**. University of Califórnia Press, Berkeley and Los Angeles, 1946.
- OLIVEIRA, Adalberto L. R. de. **Ramkokamekra-Canela: Dominação e Resistência de um povo timbira no centroeste maranhense**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), 312 f. PPGAS-UNICAMP, Campinas, SP, 2002.
- _____ Projeto Carajás, Práticas Indigenistas e Povos Indígenas no Maranhão. In: **Revista Antropológicas**. Recife, vol. 15, no. 2, UFPE-CFCH, p. 135-169, 2005.
- _____ **Projetos de Desenvolvimento, Mudanças Sócio-ambientais e Povos Indígenas no Centro-sul do Maranhão**. 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia. ABA-UFPA. Belém, 2010.
- _____ **Messianismo Canela: entre o Indigenismo de Estado e as Estratégias do Desenvolvimento**. São Luís, EDUFMA-FAPEMA, 2011.
- OLIVEIRA FILHO, J. P de. **O Nosso Governo**. Os Ticuna e o Regime Tutelar. São Paulo / Marco Zero – Brasília / CNPq, 1988.
- OLIVEIRA, João P. de (Org) **Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1998.
- SACHS, Wolfgang (Org). **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- SCHRÖDER, Peter. **Economia Indígena**. Situação Atual e Problemas Relacionados a Projetos Indígenas de Comercialização na Amazônia Legal. Recife, Ed. UFPE, 2003.

VELHO, Otávio. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol. 1. Brasília, Editora da UnB, 1983.